

# historia: fronteiras



**Vol. II**

Eunice Nodari  
Joana Maria Pedro  
Zilda M. Gricoli Iokoi  
(organizadoras)

Volume II



# História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

*Humanitas*  
FFLCH/USP

1999

---

## UMA APARIÇÃO TARDIA: A PRESENÇA DE *MARIANNE* NO PARÁ

---

Geraldo Mártires Coelho  
*Universidade Federal do Pará*

No correr da década de 1970, na condição de uma das mais credenciadas vozes da *Nova História* francesa, capítulo avançado e, em certo sentido, dissidente, do movimento historiográfico desencadeado pelos *Annales*, Maurice Agulhon publicou estudos modelares sobre a República na França<sup>1</sup>. Não se tratou de produzir outras páginas de uma renovada história política da trajetória republicana francesa, e muito menos de uma apologia, *tout court*, da República, nos passos daquele tipo de operação ideológica que tão bem marcou a ação dos historiadores da Terceira República. Ao contrário, os trabalhos de Maurice Agulhon lançaram novas luzes sobre o organismo republicano da França, desde a experiência nascida com a Revolução Francesa, utilizando-se de novos utensílios para a construção das suas abordagens. E dentre esses novos materiais estava a iconografia republicana, principalmente a alegoria feminina da República, *Marianne*, com seus símbolos, suas linguagens constitutivas, e mais o processo de luta pelo domínio das suas figurações, do uso do seu patrimônio cívico e da instrumentalização do seu imaginário.

Na sua abordagem sobre a luta pelo imaginário da República, Maurice Agulhon procura deslindar a dinâmica do processo político na França a partir das mutações que a complexa simbologia republicana francesa sofreu ao sabor das mudanças provocadas por forças que, alternando-se, lançavam mão de discursos iconográficos para glorificar, moldar, dirigir, sufocar ou denegrir a República. Tanto quanto no domínio do real, essas dinâmicas realizavam-se eficazmente nos domínios da imaginação social, na comunidade de sentidos, para usar o conceito de Baczkó<sup>2</sup>.

Tratava-se de um percurso, de um itinerário social a cumprir, e sem o qual o combate por – ou contra, dependendo do caso – *Marianne* não tocaria a “alma” da sociedade, vale dizer, ao imaginário social construído principalmente pelo lugar que a República ocupava na memória coletiva francesa.

Assim, o olhar cuidadoso lançado sobre as vestes de *Marianne*, identificando os emblemas, decifrando os sinais e revelando os símbolos cívicos da sua identidade alegórica, não realiza apenas um inventário diacrônico da figura feminina da República francesa. Essencialmente, esse trabalho elabora uma leitura das relações entre a República e o seu imaginário na França, o que se dá por conta de uma abordagem que trabalha o historicamente determinado. No interior desse objeto, os processos simbólicos desenvolvem-se como uma dada construção ideológica – no sentido das visões de mundo – como uma linguagem de explicação e de organização da realidade, no que representa uma forma de narrativa dos processos sociais. Nessa condição, o imaginário que se representa pela iconografia é um domínio legítimo e legitimado do historiador, como é igualmente do antropólogo, daí o ser de um conhecimento científico compósito, no caso, a Antropologia Histórica. Como ensinou Roland Barthes: “toda imagem é, de certo modo, uma narrativa”<sup>3</sup>.

Avançando, pois, pelos domínios que também são da Antropologia Histórica, Maurice Agulhon revela uma *Marianne*, uma representação feminina da República que encerra múltiplos significados para uma nova leitura do republicanismo francês. Seguindo os caminhos abertos pelos pressupostos teóricos de uma cultura política, capaz de revelar construções sociais alheias ao sentido tradicional do político, Maurice Agulhon chega aos domínios das relações entre cultura política e visões de mundo. Em outras palavras, trabalhando os discursos iconográficos como manifestações do imaginário social, mas também como instrumentos de intervenção dos sujeitos sociais no processo político concreto, o historiador revela uma República que, na condição de um dos principais bens da cultura política francesa e elemento da memória coletiva, transcendia ao meramente formal do regime político.

Observar a floração de *Marianne* no Pará do começo do presente século, num tempo em que a própria engenharia ideológica da conservadora e burguesa Terceira República francesa já havia há muito despolitizado, ou melhor, sepultado a alegoria feminina da República, principalmente quando remetia às lendas revolucionárias, redefine, para efeito do objeto da análise, o triunfo do imaginário de uma República libertária, francesa na sua genética, das suas visões e das suas utopias, expressas por meio de representações alegóricas próprias, de imagens portadoras de significados definidos, possíveis em determinadas condições sociais. Também aqui estará em foco, fundamentalmente, como agiram indivíduos e grupos que, na auto reconhecida condição de “filhos” da Revolução Francesa e das suas linguagens universalizantes, pretendiam proclamar o triunfo de uma nova vontade e anunciar o devir de uma nova idade, a Idade de Ouro da liberdade...

#### IMAGINÁRIO/IMAGINÁRIOS: UM OBJETO POLÊMICO

É verdade que turbulências residuais, de fim de tempestade, ainda se fazem sentir nos céus acadêmicos, mas a aceitação de novos objetos no universo da História, de outros campos, em suma, em que é possível a construção do conhecimento histórico, é uma questão assente e irreversível. Da mesma forma como o político cedeu lugar ao econômico e ao social, estes, agora, não imperam mais independentes como linguagens do saber histórico. Há um expressivo elenco de questões em aberto para o trabalho do historiador, para além do quase paradigmático da economia-sociedade, principalmente no domínio da cultura, o que já vem sendo feito desde a década de 1970, como parte das linguagens desencadeadas pela *Nova História* francesa. O imaginário social, de que é exemplo o imaginário republicano trabalhado por Maurice Agulhon, inscreve-se dentre os novos objetos dessa historiografia que, a um só tempo, nasceu dos *Annales*, mas em oposição a certas cristalizações dos mesmos *Annales*.

E porque o imaginário social é um campo de representação do saber histórico, torna-se sempre oportuno retomar certos pressupostos da sua configuração teórica. O primeiro e mais significativo desses pressupostos, porque situado no núcleo da teoria,

é o que sustenta ser o imaginário social um elemento da concretude histórica, um componente da realidade cultural das sociedades e não uma manifestação oriunda de uma impenetrável subjetividade individual, singular, desprovida de significações e despreendida do tempo social – não se discute a importância do “pessoal” no sentido complexo do individual. Contrariamente, portanto, à idéia de que a imaginação social é a linguagem da utopia, entendida no seu sentido vulgar, ou seja, como representação do fantasioso e do quimérico, ensina Baczko que “imaginários sociais e os símbolos em que eles se assentam fazem parte de sistemas complexos e compósitos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias”<sup>4</sup>.

Desdobrando um pouco mais essas assertivas, é preciso enfatizar que as estruturas discursivas do imaginário social, as linguagens da sua representação, são narrativas sociais, e, como tal, manifestações da experiência humana, do vivido, do construído, principalmente do organizado pelo homem e suas visões de mundo. Realizadas principalmente nos domínios da cultura, daí o predomínio das linguagens simbólicas, as construções do imaginário social compõem um painel complexo de relações, inclusive por conta de suas inter-relações com outros imaginários. Precisamente porque as manifestações do imaginário social não ocorrem fora do histórico, sendo, portanto, linguagens da História, os campos da sua representação estão abertos ao historiador, mas também a outros domínios do saber científico.

O que a pesquisa que enforma este texto pretende, relativamente à iconografia republicana que circulou no Pará no começo deste século, é trabalhar essa manifestação do imaginário social como linguagem de uma República que dominou as visões de mundo dos “filhos” da Revolução Francesa. Independentemente de situações em que a própria proximidade social do acontecimento gerador produz atitudes e gera linguagens, aqui, ao contrário, essa iconografia republicana resultou principalmente de um componente cultural que tornou possível o renascimento desses discursos simbólicos. Em outras palavras, a emergência da imagem de *Marianne* no Pará, já avançada a própria República no Brasil, dar-se-ia como parte de um processo alheio direta-

mente ao imaginário republicano brasileiro, já que relacionado à proclamação da República em Portugal, em 1910, com suas ressonâncias sobre a comunidade portuguesa radicada em Belém. Vista a questão de forma mais abrangente, para além, portanto, de uma simples apreciação das imagens dessa iconografia, encontrar-se-ão, principalmente, os fundamentos e os processos da sociabilidade portuguesa na capital do Pará, expressiva o bastante para criar um solo propício à floração de linguagens exaltadoras da República como sinônimo da liberdade que a Revolução Francesa inaugurara na ordem contemporânea.

### O ESPELHO DE *MARIANNE*

Nos três anos que antecederam à proclamação da República, Belém conheceu o *Club Republicano do Pará* e também o jornal *A República*, editado por essa agremiação republicana. A exemplo do que ocorria com associações similares em todo o Brasil, o *Club Republicano do Pará* era um espaço político das elites do final do século, cenário de suas reuniões e de seus debates sobre os rumos da política imperial e sobre o avanço da propaganda republicana. Defendia-se, principalmente, uma República que resultasse não da revolução, à Silva Jardim, mas que emergisse de uma natural evolução política, à maneira de Quintino Bocaiúva. Cantava-se a *Marselhesa* e exaltava-se a liberdade – aquela dos filósofos das *Luzes* e não a democrática de Robespierre – fruto magnânimo e perene da Revolução Francesa. Doutrinava-se, em suma, acerca da República e das utopias republicanas, sem sobressaltos e sem grandes divergências quanto aos rumos que se desejava traçar para atingir, enfim, aquela etapa superior da vida política dos povos, após sepultar-se uma monarquia por todos considerada anacrônica em meio às repúblicas americanas.

Dentre as várias linguagens adotadas pelos republicanos paraenses para exaltar a República, inclusive pelas páginas do seu jornal, não figura o recurso às simbologias republicanas, principalmente as alegorias nascidas com a Revolução Francesa, com destaque para *Marianne*, a figura feminina da República. Em seu pioneiro e clássico estudo sobre o imaginário da República

no Brasil, José Murilo de Carvalho<sup>5</sup>, ao abordar essa questão, e partindo de pressupostos teóricos estabelecidos por Bronislaw Baczko, revela o grande distanciamento que houve, da parte dos republicanos brasileiros, em relação à alegoria feminina da República. A rigor, a figura de *Marianne*, extremamente popular na França, por conta, é evidente, da cultura política francesa, no Brasil não dispôs de um estatuto mais elevado, precisamente por inexistir no país um solo culturalmente fértil para permitir o florescimento do simbolismo da República-Mulher-Liberdade-Revolução. Alguns poucos pintores da época, como o positivista Décio Villares, ensina Murilo de Carvalho, dedicaram-se a pintar alegorias femininas da República; no mais das vezes, *Marianne* fora mais o recurso da caricatura para atingir um regime republicano ainda incerto nos seus primeiros passos.

Dessa forma, o limitado espaço de representação da alegoria feminina da República foi comum aos centros brasileiros que realizaram a chamada campanha republicana. No caso das capitais do norte, iguais a outras tantas que ficaram periféricas à fermentação republicana desenvolvida no Rio de Janeiro, mais compreensível foi, ainda, o reduzido emprego de simbologias republicanas francesas em geral, e não apenas de *Marianne*, de forma a exaltar a idéia da República. Mesmo em situações excepcionais, como na Belém do final de Oitocentos, cenário de um contato mais próximo entre as elites letradas locais e os valores sócio-culturais franceses, particularmente estimulado pela economia da borracha, a situação não foi diferente. Em outras palavras, nos quadros da emergente República brasileira, a iconografia republicana, quer oriunda de elaborações espontâneas, quer construída em meio aos círculos cultos, não se revelou como imagem-síntese das utopias republicanas, atuando como instrumentos de ideologização das aspirações pelo triunfo da República. O imaginário republicano brasileiro, como revelou o autor de *A formação das almas*, não seria exatamente pródigo no campo das simbologias, principalmente no tocante à alegoria feminina da República.

### BARRETE FRÍGIO E SEIOS NUS

Um pequeno surto de *marianolatria* (culto à *Marianne*) – para lembrar a expressão cunhada por Maurice Agulhon em seu *Marianne au combat* – observou-se em Belém na passagem de 1910 para 1911. Não se tratou de um súbito reencontro do republicanismo brasileiro com as utopias que, no final de Oitocentos, floresceram aos acordes grandiosos da *Marselhesa*, cujos versos pareciam despertar as grandes visões de 1789 ou embalar os sonhos dos fundadores da República Brasileira. Alheia ao que se passava no cotidiano dos interesses das oligarquias locais, a aparição de *Marianne* deu-se em condições históricas singulares: em rótulos de cigarros, saídos das manufaturas de proprietários portugueses estabelecidos em Belém, no caso, no interior da comunidade portuguesa de imigração, e como elemento de uma distante realidade cívica, a saber, a proclamação da República em Portugal (1910).

Em todos os rótulos, o que predomina é a imagem de *Marianne*, sempre aguerrida, sempre de barrete frígio e seios nus, ora empunhando as bandeiras de Portugal e do Brasil, ora rompendo os grilhões que aprisionavam Portugal à monarquia, no que resultava o nascimento de uma “Pátria Nova”. Essa *Marianne* é claramente inspirada na *Liberdade guiando o povo*, de Delacroix. Como linguagem, a *Marianne* dos republicanos portugueses recupera, passando ao largo da “neutralidade” imposta à figura feminina pela ideologia da Terceira República francesa, a dimensão da Liberdade-Revolução-República que, desde 1848, começara a ser neutralizada na França. Um outro importante componente desse jogo de imagens é o binômio Sol-Liberdade, de inspiração franco-maçônica, perpetuado pela Estátua da Liberdade, ou melhor, pela *Liberdade iluminando o mundo*, de Frédéric Bartholdi, ele mesmo franco-maçom, postada à entrada do porto de New York.

A iconografia dos republicanos portugueses do Pará é, sem dúvida, uma das mais ricas tratando-se de registros do imaginário social da República. Esta, pelo menos, é uma conclusão possível de se chegar comparando as imagens locais com as publicadas, por exemplo, em conhecido trabalho de Mauro Mota<sup>6</sup>. Da mesma forma, e para além dos simbolismos reunidos

nas imagens, note-se ainda que a *Marianne* que domina as embalagens de cigarros afastam-se de sínteses ou de reduções recorrentes nesse tipo de linguagem. Antes, são predominantemente apresentadas de forma a fazer sobressair a sua identidade própria, quer dizer, a de um painel cujos significados e significantes afirmam uma cultura política explícita e demarcada. Da mesma forma, sugerem existir, no interior da comunidade da imigração portuguesa, uma sensibilidade que se aproxima de uma comunidade de sentidos, indispensável à afirmação do imaginário republicano.

Respostas a essas constatações foram buscadas no próprio universo da comunidade portuguesa do Pará. Verificou-se, por exemplo, uma longa tradição maçônica a assinalar a sociabilidade lusitana no Pará, cujo marco proeminente, para não se recuar à Loja Tolerância – aberta em 1831 pelo portuense José Soares de Azevedo, representante do Grande Oriente do Brasil no Pará<sup>7</sup>, foi a fundação, em 1854, da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente<sup>8</sup>. Em outras palavras, foi comum, sobretudo durante a segunda metade do século XIX, uma relação bastante próxima entre o imigrante português no Pará e as lojas maçônicas locais, sabidamente espaços em que se reproduziam linguagens políticas libertárias, com destaque para a idéia da República, linguagens essas principalmente oriundas da Franco Maçonaria. Já para o final dos oitocentos, era comum o corpo dirigente de lojas maçônicas locais ser integrado por elementos pertencentes aos quadros das associações portuguesas de Belém.

Uma segunda instância da sociabilidade portuguesa no Pará, igualmente essencial para a fecundação do imaginário republicano no interior da comunidade lusitana, foi o *Centro Republicano Português*, fundado em 1894 por comerciantes de Belém, associação similar a outras existentes, à época, no Brasil. Essa agremiação atuou até 1910, ano da proclamação da República portuguesa, tendo, inclusive, editado o seu jornal, *O Protesto*, que circulou durante 1895-1896, com mais de uma dezena de números. Nas páginas desse periódico era noticiado o cotidiano do republicanismo em Portugal, e parte dos seus espaços era freqüentado por matérias doutrinárias de republicanos portugueses, como Teófilo Braga. Explicável, assim, que em torno do

*Centro Republicano Português* e do seu jornal haja se desenvolvido uma pedagogia republicana que, sem dúvida, esteve na origem da iconografia que circulou em Belém, em 1910, exaltando a República em Portugal<sup>9</sup>.

Proclamada a República em Portugal, a 05 de outubro de 1910, a iconografia exaltadora da República, que circulou nos rótulos até 1911, revelou-se como elemento efetivo de “universalização” da idéia-imagem da República, de convencimento, de afirmação do seu significado sobre as sensibilidades. Não sem sentido, convém lembrar, a *Marianne* que domina a linguagem simbólica desses painéis sempre empunha a bandeira republicana portuguesa, iluminando o cenário cívico da sua aparição pelo grande sol da liberdade. Da mesma forma, em pelo menos dois casos, a República foi associada à imagem forte de alguns de seus fundadores, a exemplo de Manoel de Arriaga e Afonso Costa, igualmente estampadas nas embalagens de cigarros. A imagem, retomando o ensinamento de Roland Barthes, é, de certo modo, uma narrativa.

Assim, no interior da comunidade portuguesa da imigração, protegida, em certo sentido, dos efeitos da política local pelas instâncias da sua própria sociabilidade, uma sensibilidade política idealizadora da República desenvolveu-se em meio aos grupos portugueses de Belém, por conta de uma pedagogia cívica em que sobressaiu, como visto, a ação do *Centro Republicano Português*. É importante ressaltar, tratando-se da construção de condições objetivas para a floração do imaginário republicano em meio à comunidade portuguesa de imigração, que a mesma, apenas começado o último quartel do século XIX, distinguia-se comparativamente ao verificado em outras capitais brasileiras, por índices significativos de escolaridade alcançados por grande número de seus integrantes<sup>10</sup>.

Deu-se forma, assim, a uma espécie de comunidade de sentidos mais reduzida, quase que de domínio privado, e que foi essencial para preservar e representar, por conta das imagens, as utopias atreladas ao sentido libertador da República. Como linguagem simbólica, a *Marianne* dos rótulos de cigarros é, aqui, mais expressiva do que a que domina a iconografia republicana

de Portugal, onde apenas uma ou outra figura aparece com os seios nus<sup>11</sup>. Pelo menos nos domínios do simbólico, os republicanos portugueses de Belém mostraram-se mais revolucionários do que os seus compatriotas do Porto e de Lisboa: a *Marianne* que os primeiros renasceram parecia sair das barricadas; era, em síntese, a República.

## NOTAS

<sup>1</sup>Três dos principais títulos dos estudos de Maurice Agulhon sobre a República e o imaginário republicano francês são: *La République au village*. Paris, Plon, 1970; *Marianne au combat; l'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880*. Paris, Flammarion, 1979; *Marianne au pouvoir; l'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914*. Paris, Flammarion, 1989.

<sup>2</sup>BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux. Mémoire et espoirs collectifs*. Paris, Payot, 1984. Ver, ainda, do mesmo autor, "Imaginação Social". In *Enciclopédia Einaudi*, 5. Anthropos-Homem, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 296-332.

<sup>3</sup>BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo, Cultrix, s/d., p. 39.

<sup>4</sup>BACZKO, Bronislaw. "Imaginação social". In *Enciclopédia Einaudi, op. cit.*, p. 312.

<sup>5</sup>CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas; o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Ver especialmente cap. 04. Para uma outra leitura da iconografia no final do Império e começo da República, veja-se: SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>6</sup>MOTA, Mauro. *História em rótulos de cigarros*. 2ª ed., Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1971.

<sup>7</sup>BARATA, Manoel. "A primeira loja maçônica no Pará". In *Formação histórica do Pará*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973, pp. 333-340. Em todo o século XIX, seria sempre expressiva a presença portuguesa nos quadros da maçonaria paraense. Ver nota seguinte.

<sup>8</sup>VIANNA, Arthur. *História da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*. Belém, Grafisa, 1974. A leitura dos Estatutos, de 1854, e mais a observação do emblema e do lema da associação, também do tempo da sua fundação, não deixam muitas dúvidas quanto à inspiração maçônica que presidiu à sua constituição. Nesse sentido, a Maçonaria passaria a constituir importante fator de apoio às levas de imigrantes portugueses que chegariam ao Pará nas décadas finais do Oitocentos.

<sup>9</sup>O estudo sobre o *Centro Republicano Português* é uma unidade-chave desta pesquisa, com os resultados preliminares alcançados indicando, com efeito, que a sua atuação foi marcante para o desenvolvimento do imaginário republicano em meio ao universo da imigração portuguesa no Pará. Quando foi fundado, em 1894, também atuava no Rio de Janeiro um *Centro Republicano Português*, opondo-se à intervenção portuguesa na Revolta da Armada. A agremiação lusitana da

Capital Federal viveu os tempos traumáticos, para os portugueses do Rio de Janeiro, que foram aqueles da atuação dos “jacobinos”, defensores da República, de Floriano Peixoto, e radicais adversários dos “galegos” que dominavam o comércio carioca.

<sup>10</sup>*Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos senhores Deputados* (1873). Sobre o imigrante português estabelecido no Pará, informa o documento: “Em geral sabem ler, escrever, e as quatro operações aritméticas, mas imperfeitamente. Talvez  $\frac{3}{4}$  dos imigrantes estejam nesta classe (...) Em geral porém possuem o suficiente da instrução da profissão a que se dedicaram (...) não faltando em quase todos grande facilidade de aprender e de adaptação...” Apud ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros; emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Gráficos Reunidos, 19994, p. 211.

<sup>11</sup> Ver, nesse sentido, o livro *Instauração da República*; imagens da época. Trata-se de um trabalho comemorativo dos 75 anos da proclamação da República em Portugal (introdução e notas do historiador Antônio Pedro Vicente) publicado em 1985 pela Câmara Municipal de Aveiro. Das imagens femininas da República reunidas na obra, a mais expressiva, com barrete frígio, semi-despida, com os seios completamente nus e tendo à mão esquerda a bandeira republicana, está numa litografia de 1910, a cores, intitulada *A proclamação da República Portuguesa*. As demais figuras femininas, em diferentes quadros, ostentam um tipo de vestimenta mais de acordo com o figurino político riscado pela Terceira República francesa, na conhecida operação despolitizadora da figura feminina da República.